



**LISBOA
SCHOOL OF
ECONOMICS &
MANAGEMENT**

MESTRADO
CIÊNCIAS EMPRESARIAIS

TRABALHO FINAL DE MESTRADO
DISSERTAÇÃO

**OS PRINCÍPIOS DO EQUADOR NO MILLENNIUM
BCP. RAZÕES PARA O ABANDONO**

BERNARDO MIGUEL MATOS ELIAS

ABRIL 2016



**LISBOA
SCHOOL OF
ECONOMICS &
MANAGEMENT**

**MESTRADO EM
CIÊNCIAS EMPRESARIAIS**

**TRABALHO FINAL DE MESTRADO
DISSERTAÇÃO**

**OS PRINCÍPIOS DO EQUADOR NO MILLENNIUM
BCP. RAZÕES PARA O ABANDONO**

BERNARDO MIGUEL MATOS ELIAS

ORIENTAÇÃO:

PROF. JOSÉ MANUEL DIAS LOPES

ABRIL 2016

AGRADECIMENTOS

Agradeço profundamente ao meu orientador, Professor Doutor José Dias Lopes, pelo aconselhamento e paciência ao longo deste trabalho, sem o seu apoio teria sido muito difícil a realização deste trabalho.

Agradeço à minha namorada Fernanda pela paciência e ajuda neste demorado e difícil trabalho.

Agradeço ao Millennium bcp que sempre se mostrou disponível para responder e ajudar ao longo deste trabalho.

Um muito obrigado também a toda a minha família que me apoiou e muito ao longo de todo o meu percurso académico.

Um obrigado especial aos meus amigos.

Quero agradecer também ao ISEG pelas magníficas condições de trabalho que fornece aos seus alunos.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo compreender as razões que levaram ao abandono por parte da instituição bancária Millennium bcp dos Princípios do Equador, bem como a importância que esses Princípios tinham como ferramenta de gestão do risco de crédito, risco ambiental e risco reputacional na área de *Project Finance*.

Conduziu-se o estudo de forma a entender quais foram as razões do abandono, qual o balanço feito dos anos em que foram aderentes, bem como as vantagens que os Princípios do Equador trazem.

A opinião do banco Millennium bcp foi recolhida através de uma entrevista com o diretor da Sustentabilidade, e com o diretor dos *Project Finance*, as duas principais áreas deste estudo.

Com a realização deste estudo concluiu-se que no caso do Millennium bcp, as mais-valias de uma adesão a este tipo de ferramenta seriam praticamente nulas, sendo apenas benéfico numa vertente de reputação, reforçando a imagem do banco, como sendo uma instituição que cumpre os requisitos de referência. Sendo estes requisitos de referência obrigatórios nos mercados onde o banco atua, o banco decidiu optar pelo abandono dos Princípios do Equador, também pela sua adesão apresentar custos adicionais para o banco.

Palavras-Chave: Princípios do Equador; Sustentabilidade; *Project Finance*; Millennium bcp

ABSTRACT

This work aims to understand the reasons that led to the abandonment by the Millenium bcp bank of the Equator Principles, as well as the importance that these principles had as tool to the management of the credit risk, environmental risk and reputational risk in the field of Project Finance.

The study was conducted to understand which were the reasons for the abandonment, which auditing was made of the years they were members, as well as the advantages that the Equator Principles bring.

The opinion of the Millenium bcp Bank was collected through an interview with the Director of Sustainability, and the Director of the Project Finance, the two main areas of this study.

With the achievement of this study, it was concluded in case of Millennium bcp, the gains of a membership to this type of tools would be practically null, being only beneficial shed a reputation, reinforcing the image of the bank as an institution that meets the standard requirements. Since these reference mandatory requirements in the markets where the bank operates, the bank decided to opt for the abandonment of the Equator Principles, also for its membership present additional costs to the bank.

Key-words: Equator Principles; Sustainability; Project Finance; Millennium bcp.

ÍNDICE

1 - INTRODUÇÃO	2
2 – REVISÃO DA LITERATURA	3
2.1 – A SUSTENTABILIDADE E O SETOR FINANCEIRO.....	8
2.2 – PRINCÍPIOS DO EQUADOR – DEFINIÇÃO, OBJETIVO E DECLARAÇÃO DE PRINCÍPIOS	12
2.3 – MILLENNIUM BCP E OS PRINCÍPIOS DO EQUADOR.....	18
3 – METODOLOGIA.....	19
3.1 – ENTREVISTA	19
4 – RESULTADOS	22
5 – CONCLUSÃO.....	25
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	29
ANEXO A – ENTREVISTA MILLENNIUM BCP	33

ÍNDICE DE FIGURAS

Fig.I – Setor Bancário como Motor da Sustentabilidade.....	5
Fig.II – Volume de financiamento concedido entre 2006 e 2008 por tipo de projeto...	16
Fig.III – Classificação dos projetos financiados desde 2006 e respetivo financiamento.....	18

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 – Projetos aprovados em 2006 de acordo com os PE.....	13
Tabela 2 – Projetos aprovados em 2007 de acordo com os PE.....	14
Tabela 3 – Principais impactos ambientais dos projetos aprovados em 2007.....	14
Tabela 4 – Principais impactos ambientais dos projetos aprovados em 2008.....	15
Tabela 5 – Projetos aprovados em 2009, principais impactos e respetivas medidas de mitigação.....	17

1. Introdução

No setor financeiro a sustentabilidade é afetada por regulamentação internacional e por legislação nacional. O tema da sustentabilidade evoluiu de um debate para uma estratégia empresarial e uma consciencialização da população a nível mundial. E, ao contrário do que seria de esperar dadas as condições da economia, a sustentabilidade continua a crescer dentro das empresas, provando que não é só uma prática de luxo, mas uma estratégia essencial a qualquer empresa de qualquer setor da economia (MIT & BCG, 2012).

Nos anos 90 os bancos ligados à área de projetos de investimento eram alvos de campanhas difamatórias por parte de Organizações Não Governamentais (ONG), que acusavam os bancos de apoiarem e lucrarem com investimentos em projetos com impactos sociais e ambientais negativos (Almaric, 2005).

Os Princípios do Equador (PE) surgem como uma ferramenta que permite aos bancos identificar, analisar e avaliar os riscos ambientais e sociais associados aos projetos que financiam, com o objetivo de os reduzir ao máximo (The *Equator Principles*, 2013).

Com a elaboração deste estudo pretende-se conhecer as razões que podem levar uma instituição bancária como o Millennium bcp a deixar de ser aderente dos PE, mas também a importância que esta ferramenta tem no dia-a-dia de uma instituição aderente.

Este estudo é original, uma vez que através da pesquisa de trabalhos de investigação anteriores acerca deste tema, apenas se encontra temas mais relacionados com a evolução dos PE ao longo dos anos, e nunca como este tema, focado nas razões que podem levar uma instituição a abandonar os PE.

Assim foram definidas as seguintes questões de investigação:

1. Quais as razões que levaram o Millennium bcp a abandonar os PE?
2. Será que os PE contribuem para a redução do risco ambiental e social?
3. Será que os PE contribuem para a redução do risco de crédito?
4. Será que os PE contribuem para a redução do risco reputacional?
5. Qual a importância dos PE enquanto ferramenta de gestão?

Para responder a estas questões foi realizado um inquérito junto da instituição Millennium bcp com o Dr. Paulo Neves, Diretor da Área de Sustentabilidade e com o Dr. Sérgio Santos, Diretor da Área de *Project Finance*.

O estudo está estruturado em seis capítulos. Primeiro a introdução; no segundo capítulo a revisão de literatura, onde abordado a temática da Sustentabilidade nos bancos, e é feita uma apresentação dos Princípios do Equador e em específico no Millennium bcp. De seguida o terceiro capítulo, a metodologia, onde é explicado o método de trabalho utilizado para obter as informações necessárias junto da instituição bancária em estudo, sobre as questões que se criaram a partir da literatura. No quarto capítulo são apresentados os resultados obtidos, sendo no quinto e último capítulo apresentadas as conclusões e algumas sugestões decorrentes deste estudo.

2. Revisão da Literatura

Este capítulo revê os aspetos fundamentais relacionados com a matéria em estudo, sendo composto pelas seguintes secções: A sustentabilidade e o setor financeiro, Princípios do Equador - Definição, objetivo e declaração de princípios e o Millennium bcp e os Princípios do Equador.

2.1 A sustentabilidade e o setor financeiro

A sustentabilidade traduz o sucesso económico a longo prazo enquanto se contribui para o desenvolvimento social, um ambiente saudável e uma sociedade estável. Para o setor financeiro, a sustentabilidade adquire diferentes planos – um crescimento económico viável para a própria instituição, sendo para isso necessário que os projetos e empresas que financiam sejam também eles economicamente viáveis e sustentáveis, pelo que por este facto as instituições financeiras devem ponderar um conjunto de aspetos nos seus serviços, produtos e atividades que realizam de modo a terem um bom resultado a longo-prazo (IFC, 2007).

Existem várias definições de sustentabilidade, uma delas foi publicada no relatório Brundtland – *Our common Future* (1987) como sendo “o desenvolvimento que permite satisfazer as necessidades do presente sem comprometer as necessidades das gerações futuras”. Sustentabilidade implica também ser ecologicamente correto, socialmente justo e economicamente viável (Reijntjes et al., 1992), e o desafio da sustentabilidade passa pela cooperação e pelo compromisso das sociedades na conceção de estratégias benéficas às gerações futuras (Reis, 2013, p. 6).

Segundo Szekely e Knirsch (2005) a sustentabilidade na vertente empresarial permite a redução do risco de um negócio, na medida em que: (i) evita a produção de resíduos; (ii) aumenta a eficiência dos materiais e da energia utilizados na produção de bens e; (iii) promove a inovação através da criação de novos produtos e serviços, catalogados como “amigos do ambiente”. Por outro lado a implementação de práticas de sustentabilidade afeta de forma positiva o meio ambiente, a sociedade e, no longo prazo, traduz-se em benefícios económicos e vantagens competitivas para a empresa (Carter & Rogers, 2008).

O sector financeiro pode ser visto como o impulsionador da sustentabilidade, uma vez que a grande maioria dos agentes económicos necessitam de financiamento para os seus investimentos e alguns consumos como compra de casa e de automóvel,

por exemplo. Este é portanto um sector que através da taxa de juro, pode induzir comportamentos que promovam o bem-estar ambiental e social, juntos dos seus vários clientes: Empresas, Estado e Cidadãos (Sustentare, 2007b).

Também Thompson e Cowton (2004) acreditam que os bancos tem grande poder económico e podem influenciar significativamente o desenvolvimento sustentável, no entanto, as suas preocupações atuais centram-se mais no risco dos seus negócios do que nos efeitos sociais e ambientais.

Assim sendo podemos considerar que o principal risco na atividade financeira é o risco de crédito. O risco de crédito consiste no risco associado à possibilidade de uma instituição financeira incorrer em perdas financeiras, resultantes do incumprimento das obrigações contratuais das suas contrapartes nas respetivas operações de crédito (Eklund *et. al.*, 2001). O risco de crédito, afirmam Altman *et. al.* (1998), consiste no risco associado à probabilidade de determinado credor incorrer em perdas resultantes das obrigações do devedor não virem a ser liquidadas nas condições contratualizadas, o que pressupõe uma situação de risco de crédito. A diferença entre os autores referidos parece residir na ideia de que, para Altman *et. al.* (1998), qualquer situação de incumprimento, mais ou menos independentemente dos prazos em mora, é passível de elevar o risco de crédito do devedor.

O objetivo da gestão do risco de crédito consiste na maximização dos proveitos de uma instituição financeira por unidade de risco assumida, tentando sempre manter a exposição a este risco em níveis aceitáveis face aos objetivos de desenvolvimento do seu negócio e respeitando sempre as exigências regulamentares a que está sujeita (CCCAM, 2007).

Podemos considerar também que o principal impacto ambiental das instituições financeiras corresponde ao impacto indireto que advém das suas atividades principais como a concessão de crédito (Barannik, 2001).

Setor Bancário como Motor da Sustentabilidade



Fig I - Setor Bancário como Motor da Sustentabilidade

Fonte: Sustentare (2007)

Os riscos sociais e ambientais apresentam um novo desafio para o sector da banca, que é encarado por muitos como novas oportunidades de negócios e novos serviços. Devido às pressões da sociedade e às novas obrigações legais, o sector bancário deverá passar a incluir na sua estratégia e no seu *core business*, aspetos tradicionalmente não financeiros (como a sustentabilidade), que agora passam a ter vários riscos monetários associados. (Sustentare, 2007)

Estes riscos dependem de diferentes *stakeholders*, tais como (Sustentare, 2007):

- **O Estado**, através da legislação (sobretudo ambiental) que afeta o sector direta e indiretamente através da imposição de novas responsabilidades ambientais aos agentes económicos;
- **As Empresas**, que assumem contingências (nomeadamente ambientais) cujos eventuais incumprimentos terão repercussões financeiras, nomeadamente na capacidade de cumprir as suas obrigações de crédito;

- **As Famílias**, que estão cada vez mais sensibilizadas para temáticas ambientais e sustentáveis;
- **As ONGs**, que podem provocar graves perdas na reputação e na imagem de marca, através do boicote aos produtos das empresas a que concederam crédito;
- **A Comunicação Social**, que pode influenciar negativamente a opinião pública sobre os bancos ou sobre as empresas a quem estes concederam créditos.

Segundo o Modelo de Avaliação de Riscos (MAR), do Banco de Portugal (2007), entende-se por Risco “a probabilidade de ocorrência de eventos que afetem de forma significativa a condição financeira da instituição, independentemente da existência ou da qualidade dos controlos instituídos.” Este modelo considera nove categorias de risco diferentes, risco de crédito, risco de mercado, risco de taxa de juro, risco cambial, risco operacional, risco dos sistemas de informação, risco de estratégia, risco de *compliance* e risco de reputação. Se apenas se considerar o risco de crédito e o risco de reputação (reputacional) o modelo em análise (MAR (Banco de Portugal, 2007)) define-os do seguinte modo:

. **Risco de Crédito:** “probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, devido à incapacidade de uma contraparte cumprir os seus compromissos financeiros perante a instituição, incluindo possíveis restrições à transferência de pagamentos do exterior. O risco de crédito existe, principalmente, nas exposições em crédito (incluindo o titulado), linhas de crédito, garantias e derivados.”

. **Risco de Reputação:** “probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, decorrentes duma perceção negativa da imagem pública da instituição, fundamentada ou não, por parte de clientes, fornecedores, analistas financeiros, colaboradores, investidores, órgãos de imprensa ou pela opinião pública em geral.”

Um exemplo de como um banco pode ver a sua reputação afetada negativamente é observável nos resultados de um questionário telefónico (Sustentare B, 2007) realizado em Portugal¹ a 1.200 consumidores, onde se obteve a seguinte informação:

- i) 60% da população mudava de banco se visse nas notícias que uma empresa tinha poluído um rio, e que era o seu banco que a financiava.
- ii) 36% escolheria de certeza um banco que lhe apresentasse uma mensalidade de um empréstimo até 5% mais cara mas em contrapartida que fosse um banco que desenvolvesse vários produtos financeiros e ações em prol da preservação do ambiente.
- iii) 29% tenderia a escolher o banco indicado em ii) .

Serve este exemplo para demonstrar que a reputação de um banco pode ser afetada negativamente se um projeto financiado por este, tiver impactos ambientais/sociais negativos (Macve & Chen, 2010).

Conscientes dos novos riscos, os bancos procuram transformá-los em novas oportunidades de negócio de várias formas, entre elas, integrando as questões ambientais e sociais no seu *core business*; incorporando fatores ambientais e sociais na sua gestão operacional e através de uma maior ligação com o exterior, procurando ganhos de reputação e passando uma imagem de marca preocupada com a sustentabilidade. Além disso, ao adotar um sistema formal de gestão ambiental, mais facilmente a empresa encontrará oportunidades de aumentar a sua eficiência e, dessa forma, melhorar também a sua *performance* económica (Andrews, 1998).

No entanto, ao decidir avançar para uma estratégia de sustentabilidade, as empresas e os bancos, deverão ter consciência de que, através desta estratégia estão a criar um conjunto de expectativas junto dos vários *stakeholders*. Expectativas essas que irão exigir a implementação de novas políticas e que estas sejam coerentes com o seu discurso. Ao longo do tempo, o conceito de *stakeholder* foi redefinido. Contudo, o seu sentido não se alterou significativamente desde Freeman (1984), sendo recentemente apresentado por Johnson, Scholes e Whittington (2008:132) como “os indivíduos ou

¹ Os inquéritos telefónicos foram realizados pelo Centro de Sondagens da Universidade Católica a 1200 consumidores portugueses. Com um grau de confiança de 95%, e um erro máximo da amostra de $\pm 2.8\%$, tendo esta sondagem sido realizada entre o dia 02 e 15 de Maio de 2007.

grupos que dependem da organização para atingir as suas metas e de quem a organização também depende”. Outra definição é a de Bryson (2004), segundo a qual *stakeholders* são os indivíduos, grupos ou organizações que devem ser tidos em conta pelos líderes, gestores e pessoal da linha da frente da organização em questão.

Neste contexto e para o sector bancário algumas das suas responsabilidades passaram a ser (Sustentare,2007b):

- Responsabilidade pela má avaliação dos riscos ambientais de projetos ou atividades financiadas;
- Responsabilidade por negligências que levem à não identificação de riscos ou de potenciais riscos ambientais;
- Responsabilidade nos casos em que o banco é também detentor da empresa que causa o dano ambiental.

Estas responsabilidades e preocupações a geram ganhos no longo-prazo (Sustentare, 2007b):

- De **financiamento**, porque melhoram os rácios de capital *adequacy* e a solidez financeira.
- De **reputação**, pois o banco adquire uma imagem de responsabilidade social e ambiental que contribui significativamente para o reforço da sua carteira de clientes e para a conquista de quota de mercado.
- De **atratividade**, uma vez que estas práticas atraem parceiros de negócio e investidores porque fazem aumentar os seus lucros e a reputação.

A ideia de que as questões ambientais podem influenciar tanto os custos como os proveitos (Louche, 2001) é uma questão consensual, de tal modo que os comportamentos tanto de empresas como da sociedade em geral se tenha vindo a alterar gradualmente.

2.2 Princípios do Equador – Definição, objetivo e declaração de princípios.

Os Princípios do Equador são uma ferramenta do setor financeiro para identificar, gerir e avaliar o risco socio ambiental no financiamento de projetos (*The Equator Principles*, 2013).

As EPFIs (*Equator Principles Financial Institutions*) decidiram adotar os Princípios do Equador com a finalidade de assegurar que os projetos que financiam são desenvolvidos de forma socialmente responsável e se inserem nas boas práticas de gestão ambiental (*The Equator Principles*, 2013).

O objetivo passa por evitar os impactos negativos nos ecossistemas e comunidades afetadas pelos projetos, e se forem inevitáveis, devem tentar ser reduzidos ao máximo e/ou compensados de forma adequada.

Formulados inicialmente em 2003, resultam de uma ação voluntária de um conjunto de bancos internacionais (Citigroup, ABN AMRO, HSBC, etc.) e constituem a primeira manifestação da incorporação de preocupações sociais e ambientais no processo de decisão de financiamento de um determinado projeto. Este conjunto de bancos decidiu, voluntariamente, construir uma matriz de referência que incluísse os riscos ambientais e sociais associados à linha de negócio *Project Finance* (*The Equator Principles*, 2014).

Project Finance são operações de financiamento de longo-prazo geralmente associadas a infraestruturas, grandes projetos industriais e obras e projetos públicos em que se parte de um princípio de inexistência ou de grande limitação de recursos financeiros. A fórmula deste tipo de operações prevê que os investigadores envolvidos sejam pagos com o cash-flow gerado pelos projetos desenvolvidos (Vieira, 2015).

Project Finance pode ser definido também como " um método de aumentar o financiamento da dívida de longo prazo para grandes projetos. É uma forma de "engenharia financeira" com base em empréstimos em função dos *cash flow* gerados pelo projeto, e que depende de uma avaliação detalhada dos riscos de construção, operação e receita de um projeto, e da sua alocação entre investidores , financiadores, e outros partidos através contratuais e outras providências " (Yescombe , 2002).

As EPFIs concederão empréstimos apenas a projetos que respeitem os dez princípios enunciados a seguir: (Equator Principles, 2013)

1 – Análise e Categorização: Quando um financiamento é solicitado para um projeto, como parte de análise e avaliação prévias dos aspetos sociais e ambientais, a instituição financeira aderente aos Princípios do Equador (*Equator Principles Financial Institutions* (EPFI)) categorizará o projeto com base na magnitude dos seus potenciais impactos e riscos. Os projetos são categorizados nas classes A, B e C conforme o seu potencial de impacto ambiental e social. Na categoria A integram-se projetos com potencial elevado de impactos, categoria B potencial médio de impactos e categoria C integram-se os projetos com impactos mínimos. Para os projetos categorizados como A ou B, a entidade financeira compromete-se a realizar um levantamento dos potenciais riscos ambientais e sociais do projeto antes de ser concedido o financiamento.

2 – Avaliação socio ambiental: Para cada projeto da Categoria A ou B, o financiado deverá realizar um processo de avaliação socio-ambiental para identificar, de forma adequada e de modo a satisfazer a EPFI, os impactos, riscos sociais e ambientais relevantes do projeto proposto. A avaliação também deve propor medidas de mitigação e de gestão relevantes e adequadas tanto à natureza quanto à escala do projeto proposto.

3 – Padrões sociais e ambientais aplicáveis: O processo de avaliação deve, em primeira instância, abordar a conformidade com as leis do país anfitrião, os regulamentos e autorizações que dizem respeito a questões ambientais e sociais. O processo de avaliação irá estabelecer a satisfação da EPFI com a conformidade global do projeto com ou sem desvio justificado das normas aplicáveis.

4 – Plano de ação e sistema de gestão ambiental e social: Este plano pode ser composto por uma breve descrição das medidas de mitigação rotineiras até um conjunto de documentos cuja complexidade é ditada pelo potencial de impactos do projeto em causa (pode incluir: plano de realocização de comunidades locais, planos de emergência, entre outros). Em resumo, este princípio estabelece que as entidades financiadoras deverão implementar um Sistema de Gestão Ambiental e Social que permita uma eficaz gestão dos riscos e que defina as medidas corretivas necessárias para cumprir com a legislação ambiental e social.

5 – Participação Acionista: Para todos os projetos das categorias A e B, a EPFI exigirá que o cliente demonstre o envolvimento dos acionistas através de um processo contínuo, de forma estruturada e culturalmente adequada às comunidades afetadas. Deverá ser disponibilizado um resumo não técnico (neste caso, na língua de origem das populações locais) do estudo de mitigação de impactos realizado, assegurando assim que as preocupações das populações locais são incorporadas adequadamente no projeto.

6 – Mecanismo de reclamação: Este princípio estabelece que, para os projetos de categorias A e B deve ser mantido um mecanismo que assegure o envolvimento da comunidade de forma contínua ao longo das fases de construção e operação desses projetos. Este mecanismo visa facilitar a resolução de queixas e preocupações levantadas por pessoas ou grupos pertencentes às comunidades afetadas pelos impactos ambientais.

7 – Análise Independente: Para todo o projeto de Categoria A e, quando apropriado, da categoria B, um consultor ambiental e social, não associado diretamente ao cliente, irá realizar uma revisão independente da documentação de avaliação do projeto, e a documentação do processo envolvendo o acionista a fim de ajudar a devida diligência da EPFI, e avaliar o cumprimento dos Princípios do Equador.

8 – Compromissos contratuais: Um aspeto importante dos PE é a incorporação de vínculos contratuais em todos os projetos que demonstrem a vontade, através de documentação legal, de cumprir todas as leis ambientais e sociais do país anfitrião.

9 – Monitorização Independente e Divulgação de Informações: O Princípio 9 visa assegurar uma monitorização ao longo da vida do empréstimo, a qual também deverá ser sujeita a revisão por parte de peritos independentes com o objetivo de se verificar e validar a informação a publicar e a partilhar com os restantes grupos financeiros aderentes aos Princípios.

10 – Divulgação e transparência: As instituições que subscrevem os Princípios comprometem-se também a divulgar um relatório (anual) acerca do número de projetos aos quais foram aplicados estes princípios, como foi feito o processo de implementação e a experiência adquirida.

Em 2006 os princípios foram revistos, tornando-se mais exigentes. Passaram a ser aplicáveis a projetos de todos os setores que tenham um custo de capital igual ou superior a 10 milhões de dólares (e não os 50 milhões, como na primeira versão dos Princípios do Equador), foram criados serviços de consultadoria financeira de projetos e aumentou-se a transparência dos relatórios anuais emitidos pelas EPFI's (The Equator Principles, 2014).

2.3 O Millennium bcp e os Princípios do Equador

Este capítulo irá mostrar a evolução dos Princípios do Equador na instituição bancária Millennium bcp desde a sua adesão em 2005 até a sua saída em 2009. O ano de 2005 no Millennium bcp está em grande parte ligado à implementação de um novo modelo organizacional. É durante este ano que surge uma explícita estratégia de sustentabilidade, com o objetivo de maximização do lucro, tendo sempre em atenção o ambiente e as gerações futuras (BCP, 2005).

Em 2005, o Millennium bcp decide aderir aos Princípios do Equador, sendo esta decisão um prolongamento natural da sua estratégia de sustentabilidade, como também aquilo que o banco já procurava na área de *Project Finance*, isto é, um compromisso dos seus clientes com determinadas políticas e procedimentos associados a operações nesta área (BCP, 2005).

Esta foi uma decisão estratégica mas bastante importante porque sendo o Millennium bcp uma instituição financeira, a sua atividade pode suportar projetos que podem degradar e destruir valores naturais e sociais das comunidades. Através da adesão aos Princípios, o Millennium bcp passou a gerir estes riscos ambientais e sociais através da aplicação dos Princípios do Equador na área de *Project Finance* (BCP, 2005).

O modelo de financiamento deste tipo de projetos tem como principal característica o facto da dívida de um projeto ser garantida pelos *cash flows* por ele gerados e de serem identificados contratualmente os principais riscos emergentes do projeto, sendo possível assim, minimizar ao máximo os riscos do projeto. Este tipo de financiamento destina-se principalmente, mas não exclusivamente, a projetos de grande envergadura, com grandes investimentos, e que são maioritariamente destinados a sectores como a produção de energia (eólica, solar, fotovoltaica, hídrica, entre outras), construção de infraestruturas de transportes (autoestradas, vias férreas, portos,

aeroportos, entre outros), telecomunicações, ambiente (água e resíduos) e saúde. Em qualquer um destes sectores, este tipo de projetos, dada a sua natureza podem gerar impactos bastante negativos e duradouros para a sociedade e para o ambiente se não forem devidamente analisados. Nessa medida os Princípios do Equador ajudam a reduzir ou anular esses impactos para o ambiente e comunidades envolvidas (BCP, 2005).

Os Princípios constituem um mecanismo que permite assegurar que os projetos financiados numa base de *Project Finance* são desenvolvidos de forma socialmente responsável e com uma gestão ambiental e social exemplar. O primeiro ano de experiência na aplicação dos Princípios do Equador para o banco revelou-se extremamente positivo, pois todos os projetos que se concretizaram foram tratados desde o início, de acordo com os comprometimentos dos Princípios, ou seja, evitar ou reduzir possíveis impactos no ecossistema e nas comunidades envolvidas. Os setores em que o banco se encontrava mais envolvido eram as infraestruturas de transportes, a energia (incluindo energias renováveis) e as concessões de água e saneamento (BCP, 2005).

Durante o ano 2006, o Millennium bcp classificou 13 projetos (ver Tabela 1), de acordo com os Princípios do Equador.

Tabela 1 – Projetos aprovados em 2006 de acordo com os PE

Classificação das operações de *project finance*

	Princípios do Equador			Compromissos assumidos pelo Millenium bcp (milhões de euros)
	A Risco elevado	B Risco médio	C Risco baixo	
Transportes				
Portugal	-	2	-	201
Polónia	-	1	-	10
Grécia	-	3	-	1.390
Águas				
Portugal	-	2	-	66
Infra-estrutura e imobiliário				
Angola	-	1	-	8
Energia				
Portugal	-	3	-	282
Telecomunicações				
Portugal	-	-	1	27
TOTAL	-	12	1	1.984

Fonte: BCP, 2006

Durante o ano 2007, o Millennium bcp classificou 13 projetos (ver Tabela 2), todos de categoria B.

Tabela 2 – Projetos aprovados em 2007 de acordo com os PE

Classificação das operações de <i>project finance</i>				
	Princípios do Equador			Compromissos assumidos pelo Millenium
	A	B	C	(milhões de euros)
Infra-estruturas rodoviárias				
Portugal	-	2	-	95
Grécia	-	1	-	421
Infra-estruturas				
U.E.	-	1	-	75
Energia				
Portugal	-	4	-	143
Grécia	-	1	-	30
França	-	1	-	45
E.U.A e Austrália	-	1	-	108
E.U.A e Espanha	-	1	-	35
E.U.A, Espanha, França Austrália e Alemanha	-	1	-	100
TOTAL	-	13	-	1.051

Fonte: BCP, 2007

No segundo e terceiro ano de aplicação, os setores de atividade mais importantes nesta área continuaram a ser as energias renováveis, através do financiamento de nove grandes parques eólicos em Portugal e no estrangeiro. No entanto, tanto a construção de parques eólicos como a construção de infraestruturas rodoviárias tem como consequência alguns impactos negativos (Tabela 3 - exemplo).

Tabela 3 – Principais impactos ambientais dos projetos aprovados em 2007

Principais impactos ambientais	
Infra-estruturas rodoviárias (3 projetos)	<ul style="list-style-type: none"> » Indução de tráfego adicional, com o consequente aumento da população atmosférica (gases de efeito estufa, acidificantes, eutrofizantes e precursores de ozono troposférico) » Ruído » Poluição hídrica pela drenagem de pavimentos » Efeito de barreira » Impactos de obras e estaleiros.
Parques eólicos (9 projetos)	<ul style="list-style-type: none"> » Eventual afetação de habitats sensíveis devido ao aumento de acessibilidade causado por novos acessos » Riscos para animais voadores, com destaque para aves de rapina, migratórias e morcegos » Impactos paisagísticos dos aerogeradores e das linhas de transporte de eletricidade.

Fonte: BCP, 2007

Durante o ano de 2008, assim como em 2007, todos os oito projetos financiados pelo banco foram classificados na categoria B (risco social e ambiental médio). Os sectores em que o banco apostou foram novamente as energias renováveis e a construção de infraestruturas.

Entre os principais impactos ambientais dos projetos aprovados em 2008 pelo Millennium bcp realçam-se os seguintes:

Tabela 4 – Principais impactos ambientais dos projetos aprovados em 2008

Tipo de projeto	Principais impactos ambientais
Infra-estruturas rodoviárias (2 projetos em Portugal)	<ul style="list-style-type: none"> » Indução de tráfego adicional, com o consequente aumento da população atmosférica (gases de efeito estufa, acidificantes, eutrofizantes e precursores de ozono troposférico) » Ruído » Poluição hídrica pela drenagem de pavimentos » Efeito de barreira » Impactos de obras e estaleiros
Parques eólicos (2 projetos em Portugal, 1 na Polónia e 1 em França)	<ul style="list-style-type: none"> » Eventual afetação de habitats sensíveis devido ao aumento de acessibilidade causado por novos acessos » Riscos para animais voadores, com destaque para aves de rapina, migratórias e morcegos » Impactos paisagísticos dos aerogeradores e das linhas de transporte de eletricidade
Central elétrica de ciclo combinado (1 projeto em Portugal)	<ul style="list-style-type: none"> » Impactos de obras e estaleiros, nomeadamente ao nível da qualidade do ar e paisagem » Degradação da qualidade do ar na área de funcionamento da central » Impacto na paisagem
Infra-estruturas (1 projeto em Portugal)	<ul style="list-style-type: none"> » Impactos negativos de obras e estaleiros na fase de qualidade do ar e ruído demolição, nomeadamente ao nível da qualidade » Impactos na fase de exploração ao nível de consumos energéticos e de recursos

Fonte: BCP, 2008

O gráfico da figura seguinte mostra-nos a evolução do volume de financiamento concedido pelo banco consoante o sector do projeto entre 2006 e 2008.

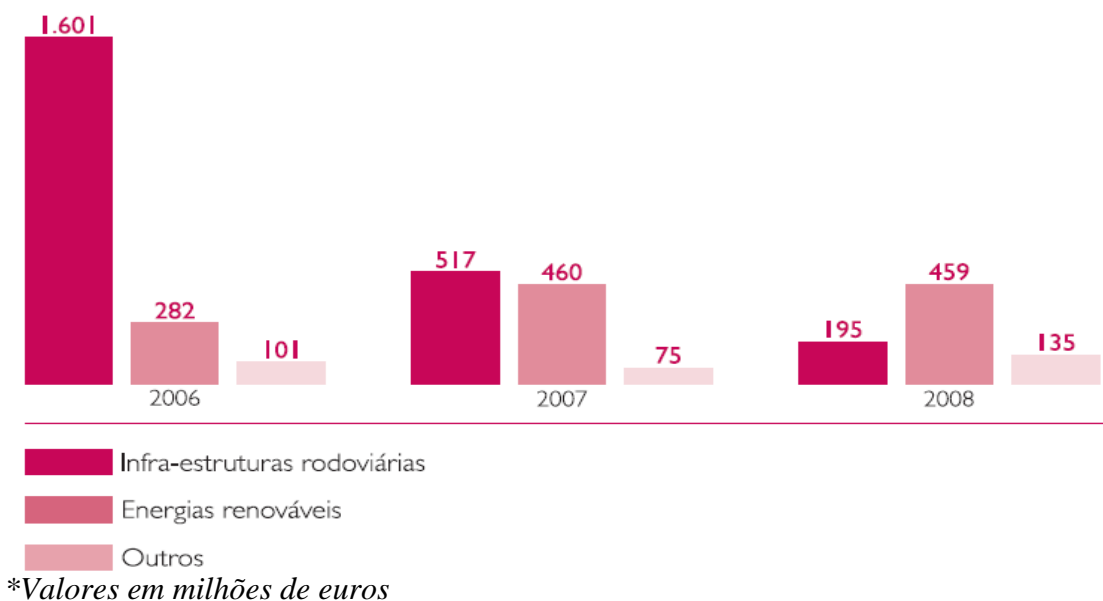


Fig.II – Volume de financiamento concedido entre 2006 e 2008 por tipo de projeto

Fonte: BCP, 2008

Em 2009 verificou-se uma retração na capacidade dos mercados em financiar projetos, ainda assim o Millennium bcp procurou contribuir com o financiamento de projetos de grande dimensão na área da energia (BCP, 2009).

Como consequência, no ano de 2009 acabou por existir uma ligeira descida no número de projetos aprovados pelo banco. Foram aprovados e classificados cinco projetos (ver Tabela 5), dos quais quatro na categoria B e, pela primeira vez, um projeto na categoria A.

Tabela 5 – Projetos aprovados em 2009, principais impactos e respetivas medidas de mitigação

	Principais impactos sociais e ambientais	Medidas de mitigação
Energia eólica País: Portugal Classificação: B Montante da participação do Millennium bcp: 324 milhões de euros Nº de projetos: 2	» Impactos na flora e vegetação originados pela desmatção; » Desorganização da paisagem durante o período de construção devido à desmatção e desarborização; » Possibilidade de contaminação das águas subterrâneas durante a fase de construção;	» Limitar os trabalhos de desmatção e decapagem de solos às áreas estritamente necessárias; » Salvar e proteger todas as espécies arbóreas e arbustivas que não perturbem a execução da obra; » Monitorizar as nascentes de água na área de implementação do parque eólico; » Acompanhar os achados arqueológicos e, em função do seu valor patrimonial, decidir a sua conservação <i>in situ</i> .

Tabela 5 – Projetos aprovados em 2009, principais impactos e respetivas medidas de mitigação

País: Polónia Classificação: B Montante da participação do Millenium bcp: 89 milhões de euros Nº de projetos: 1	» Impacto arqueológico por intrusão no subsolo (movimentação de terras).	
	» Impacto na fauna e vegetação (ex. habitat das aves picanços); » Ruído.	» Monitorizar a presença de animais para minimizar acidentes, nomeadamente com pássaros, répteis e anfíbios (trabalho realizado por biólogo); » Reposicionar o estaleiro de obra e acessibilidades para proteção de árvores; » Monitorizar o nível de ruído; » Assistir aves acidentadas por colisão com os aerogeradores, através de um acordo estabelecido com um hospital da especialidade.
<u>Energia fotovoltaica</u> País: Espanha Classificação: B Montante da participação do Millenium bcp: 22 milhões de euros Nº de projetos: 1	» Desmatção / desflorestação; » Sistemas ecológicos: fauna, flora e habitats.	» Requalificar e readaptar a fauna, flora e habitats; » Instalar uma vedação com espécies naturais da zona (azinheira); » Instalar um tanque de águas pluviais para a rega da vegetação requalificada.
<u>Termoelétrica a carvão</u> País: Brasil Classificação: A Montante da participação do Millenium bcp: 41 milhões de euros Nº de projetos: 1	» Qualidade do ar; » Qualidade dos efluentes; » Recursos biológicos; » Aspetos sociais; » Saúde e segurança no local de trabalho.	» Instalar uma estação para monitorização da qualidade do ar, nomeadamente aferir níveis de dióxido sulfúrico, nitrogénio óxido, monóxido de carbono e oxigénio; » Monitorizar a qualidade dos efluentes e nível térmico das águas e avaliação dos potenciais impactos a organismos marinhos e seus habitats; » Manter uma distância mínima de 30 metros até à zona ribeirinha, para facilitar a conservação dos solos e sua biodiversidade, bem como minimizar impactos nos ecossistemas aquáticos; » Criar condições de mobilização e desmobilização para os trabalhadores durante a fase de construção e operação; » Assegurar o cumprimento dos requisitos de saúde e segurança no local de trabalho, através da motorização pelos promotores e construtor do projeto.

Fonte: BCP, 2009

O quadro da figura seguinte mostra o número de projetos financiados de acordo com os Princípios do Equador desde 2006 pelo Millennium bcp, bem como a sua participação ao nível do financiamento.

Classificação dos projetos financiados desde 2006 e respetivo financiamento

Classificação de projeto de acordo com os Princípios do Equador	Projetos financiados desde 2006	Participação do Millennium bcp (milhões de euros)
Avaliação do projecto <ul style="list-style-type: none"> » Risco do projecto » Impactos Sociais e ambientais » Respeito pelos Princípios do Equador 	Nível de risco	A Impacto social e ambiental elevado 1 41
Avaliação do promotor do projecto <ul style="list-style-type: none"> » Cumprimento da legislação » Medidas de mitigação e monitorização » Respeito pelos Princípios do Equador 		B Impacto social e ambiental limitado 37 4.232
		C Impacto social e ambiental baixo 1 27

Fig.III – Classificação dos projetos financiados desde 2006 e respetivo financiamento

Fonte: BCP, 2009

3. Metodologia

Considerando que a questão do tema em estudo é de tipo explicativo (Crowe, Cresswell, Robertson, Hubby, Avery e Sheikh, 2011; Yin, 2003; Baxter e Jack, 2008) e que se trata de um fenómeno contemporâneo, num contexto de vida real (Yin, 2003; Crowe et al., 2011), a metodologia de estudo de caso é aquela que melhor se adequa ao presente estudo.

Com o objetivo de obter as respostas necessárias para a continuação do estudo, foi criado com base na revisão da literatura, sobre o tema e sobre a instituição Millennium bcp, um guião de entrevista, com questões de resposta aberta, para avaliar e compreender a opinião dos principais intervenientes das áreas da Sustentabilidade e *Project Finance* relativamente às questões da investigação referidas na introdução. Foi abordada a instituição financeira em estudo Millennium bcp, tendo sido contactada primeiramente via Email e posteriormente de forma presencial. O contacto via Email constava de uma carta de apresentação, explicando o âmbito e objetivos do presente estudo, sendo o guião da entrevista enviado em anexo para uma análise preliminar. A entrevista realizou-se nas instalações do Millennium bcp no Tagus Park, onde as questões foram respondidas pelo Dr. Paulo Neves, Diretor da Área de Sustentabilidade do Millennium bcp e pelo Dr. Sérgio Santos, Diretor da Área de *Project Finance* do Millennium bcp.

Yin (2003) aponta três tipos de estudo de caso – exploratório, descritivo e explanatório, que se destinam a resolver diferentes problemas podendo, por vezes, sobrepor-se. Assim, o presente estudo, de acordo com Yin (2003), será do tipo descritivo, uma vez que procura descrever uma intervenção/fenómeno e o contexto em que este tenha ocorrido, procurando encontrar respostas para tal. Neste caso as razões que levaram o Millennium bcp a abandonar os Princípios do Equador, a importância que esta ferramenta de gestão pode ter ou não numa instituição bancária e se reduz efetivamente os riscos ambientais, reputacionais e de crédito inerentes à atividade bancária, principalmente na área de *Project Finance*.

Por fim, Yin (2003) considerando o número de casos, o contexto e a unidade de análise, aponta ainda, quatro possibilidades para um estudo de caso; único ou múltiplo e holístico ou incorporado. Assim sendo, o presente estudo será um estudo de caso único holístico, ou seja, um caso típico com uma unidade de análise – qualitativa (entrevista).

3.1 Entrevista

As questões da entrevista (anexo A) foram elaboradas tendo por base a revisão da literatura sobre o tema, principalmente os relatórios de sustentabilidade dos vários anos da instituição em estudo. Deste modo, construiu-se um guião de entrevista composto por 11 questões de resposta aberta.

4. Resultados

Os resultados da entrevista realizada (anexo A), refletem alguns fatores relatados na revisão da literatura. Como constatações mais relevantes deste estudo destacam-se as seguintes:

Na primeira questão é admitido que nestes 4 anos os PE tiveram pouco impacto para a organização. A principal razão deve-se ao facto dos projetos que o banco financia estarem inseridos em países cuja legislação local já cobre os PE, ou seja, os princípios tem de ser cumpridos obrigatoriamente, quer se seja ou não aderente dos PE. Tal como é referido na revisão da literatura os PE funcionam principalmente como um instrumento de marketing e reputação, passando uma imagem de marca preocupada com a sustentabilidade (Andrews, 1998).

Na segunda questão é referido que os PE não reduziram de facto o risco de crédito uma vez que os princípios já estão incorporados na legislação local de cada país, onde o banco atuava, sendo obrigatório cumprir a mesma, quer se fosse aderente ou não dos princípios. No entanto é ainda referido que em relação ao risco reputacional, esse acaba por ser reduzido, pois o banco adquire uma imagem de responsabilidade social e ambiental que contribui significativamente para o reforço da sua carteira de clientes e para a conquista de quota de mercado. (Sustentare, 2007). As várias divulgações feitas em *reports* de sustentabilidade também contribuíam, visto que são bastante valorizadas pelos analistas especializados da área.

Na quarta questão é enumerada mais uma das três principais razões para o abandono dos PE. A primeira já referida anteriormente, é devido aos projetos financiados pelo banco já estarem abrangidos por uma legislação local que engloba os PE, a segunda razão referida nesta resposta é o facto da conjuntura atual ter reduzido e muito o financiamento de longo prazo, sendo que, deixando de haver concessão de crédito, deixa de haver projetos para financiar.

Na questão seguinte chega-se ao terceiro motivo que levou o banco a abandonar os PE, os custos de adesão e manutenção do nome ligado aos PE. Apesar da ideia que as questões ambientais podem aumentar os custos mas também os proveitos (Louche, 2001), esta foi uma das três principais razões que levaram o banco à sair dos PE, visto que a juntar à questão dos custos, a legislação já existente nos mercados de atuação do banco, e a difícil conjuntura atual que leva a diminuição dos financiamentos de médio longo prazo, levaram, tudo junto tornou-se uma razão bastante forte e viável para o banco tomar a sua decisão de saída, apesar dos benefícios reputacionais e de marketing que reconhecem aos PE.

Na sexta e sétima questão, o banco confirma que continua a valorizar as práticas sustentáveis, todavia apenas porque acaba por ser uma obrigação da legislação dos países onde atua. Prova desse fato, é não acompanharem os desenvolvimentos na área do *Project Finance* e dos Princípios do Equador.

Nas questões seguintes, o banco esclarece que desde a sua saída em 2009 dos PE, deixou de classificar os *Project Finance* com as categorias A, B ou C que eram referentes aos PE, e que neste momento, apenas se limitam a cumprir os termos ambientais e legais que estão definidos em cada país, bem como as medidas a tomar consoante o nível de risco do projeto. No entanto, assumem que a forma de tratamento dos *Project Finance*, apesar da saída dos PE, acaba por ser quase igual, apenas não estando associado ao nome Princípios do Equador. Este fato vem comprovar que os mercados *core* do banco, estão cobertos por uma boa legislação ambiental.

Na décima resposta, consegue-se perceber que apesar da saída do Millennium bcp dos PE, continuam a considera-los como uma ferramenta importante, no entanto, noutra tipo de mercados. Se porventura o banco tivesse projetos em países em desenvolvimento e com legislações menos avançadas, independentemente dos custos certamente que estariam ligados aos PE, porque apesar de tudo como se consegue entender após a análise dos seus relatórios de sustentabilidade são uma instituição bancária que dá importância a este aspeto e tenta manter e preservar o ser bom nome.

Na última questão, é esclarecida a alteração nos relatórios de sustentabilidade produzidos pelo banco. Após a saída dos PE em 2009, deixou de existir a obrigatoriedade de realizar os reports dos seus financiamentos, e passou então a existir uma rubrica no relatório e contas da empresa, com o nome “Negócio Responsável”,

com uma vertente mais relacionada com a parte interna da empresa (colaboradores e áreas de funcionamento). No entanto em 2014, decidiram que essa rubrica não era suficiente e regressaram os relatórios de sustentabilidade, mais detalhados, mas ainda assim, diferentes dos relatórios de sustentabilidade feitos enquanto foram uma instituição aderente dos PE.

5. Conclusão

A atividade bancária está exposta à crítica, principalmente quando se financiam grandes projetos, ficando mais expostos ao risco reputacional que advém do risco ambiental ligado ao próprio projeto e à falta de legislação no país onde o projeto é realizado.

O risco de crédito e o risco reputacional diminuem com a diminuição do risco ambiental. Uma vez que os PE diminuem o risco ambiental, pode afirmar-se que os PE tem a capacidade de reduzir consequentemente o risco de crédito e o risco reputacional.

Deste modo, em resposta às questões de investigação definidas inicialmente, e com base nos dados recolhidos neste estudo, pode concluir-se que:

1) Quais as razões que levaram o Millennium bcp a abandonar os PE?

As razões que levaram o Millennium bcp a abandonar os PE foram três: conjuntura atual que não favorece o financiamento de médio-longo prazo; custos envolvidos por ser uma instituição aderente dos PE; e principalmente a legislação existente nos mercados core de atuação do banco já cumprir os requisitos dos PE.

2,3,4) Será que os PE contribuem para a redução do risco ambiental, de crédito e reputacional?

Pode-se afirmar que sim. Efetivamente os PE são uma ferramenta válida na redução de alguns riscos que as instituições bancárias enfrentam. Os PE acabam por ter a capacidade de reduzir os três riscos referidos, principalmente porque estes estão interligados. Se conseguirmos reduzir o risco ambiental, certamente que estaremos mais protegidos em relação aos outros dois, conseguimos proteger e até valorizar a nossa imagem de marca e conseguimos certamente evitar alguns problemas ao nível do crédito. Dependendo do contexto do negócio, esta ferramenta pode tornar-se ainda mais válida e até indispensável, como por exemplo em países em desenvolvimento, onde a legislação é precária.

5) Qual a importância dos PE enquanto ferramenta de gestão?

Os PE são uma ferramenta importante uma vez que podem reduzir os riscos de crédito, ambiental e reputacional. No entanto, esta é uma ferramenta que acrescenta mais valor aos seus aderentes quando os seus projetos são realizados em países em

desenvolvimento cuja legislação existente não é, muitas vezes suficiente. Tratando-se de *Project Finance*, como os montantes financiados são bastante elevados, os riscos e a exposição mediática também aumentam, tornando-se viável economicamente e numa ótica reputacional o uso de uma ferramenta como os PE de modo a prevenir possíveis problemas ao nível da imagem de marca da instituição como problemas ao nível do crédito.

No caso do Millennium bcp, uma vez que as mais valias da adesão são praticamente nulas, apenas seria benéfico para o banco numa vertente de reputação, reforçando a imagem da marca, como sendo uma instituição que cumpre os requisitos de referência, sendo estes já obrigatórios, visto que se encontram na legislação.

Assim sendo, uma forma de ir mais além dos Princípios do Equador, e trazer alguma mais valia dessa adesão, seria transpor a sua essência para as restantes áreas de negócio do banco, nomeadamente para a banca de retalho no crédito a PME's, ou seja, criar requisitos de referência com base nos PE, para o financiamento das pequenas e médias empresas (PME) tal como é feito para os grandes projetos.

No entanto, o custo de implementação de um sistema de avaliação de riscos ambientais e sociais seria uma das principais barreiras que a banca de retalho enfrentaria (Strandberg, 2005).

Por esta razão, existirá certamente a tendência para se considerar que as potenciais perdas que advenham para os bancos dos riscos ambientais e sociais que as PME's enfrentam são pequenas, logo não justificam o desenvolvimento de ferramentas, a mudança de procedimentos e a formação necessária à implementação de tal mudança.

O contributo que esta dissertação fornece para o futuro, será no caso de alguém decidir optar pelo mesmo tema, mas numa instituição diferente, poder ter neste trabalho uma fonte de comparação com o seu trabalho. Essa também acabou por ser uma limitação deste trabalho uma vez que, ao ser trabalhado apenas uma instituição não existe uma comparação entre as razões de uma e outra instituição, e aferir se essas razões podem ou não ser comuns a várias instituições.

No futuro poderá ser interessante também a existência de um trabalho que exponha as razões para a adesão de uma instituição bancária aos PE e nesse caso existir dados

para comparar e analisar o que pode levar uma instituição não só a abandonar mas também a aderir a uma ferramenta como os Princípios do Equador.

Referências Bibliográficas

- Almaric, F. (2005). The Equator Principles. *Finance & Common Good*, pp.9-11;
- Altman, E.; Caouette, J. e Narayanan, P. (1998), Credit-Risk Measurement and Management: The Ironic Challenge in the Next Decade, *Financial Analysts Journal*, Vol. 54, 1, pp. 7-11;
- Andrews, R. N.L (1998). Environmental Regulation and Business “Self Regulation”: The Effects of ISO14001 Environmental Management Systems on The Environmental and Economical Performance of Businesses In: *Drivers, Designs and Consequences of Environmental Management Systems*. University of North Carolina Chapel Hill. pp. 16-25;
- Banco de Portugal (2007). *MAR: Modelo de Avaliação de Riscos*. Disponível em: https://www.bportugal.pt/ptPT/OBancoeoEurosistema/ConsultasPublicas/Documents/Consulta_BP_2_07_MAR.pdf [Acesso em 20/05/2015];
- Barranik A. (2001). Providers of financial services and environmental risk management: current experience In: *Sustainable Banking – The Greening of Finance* (ed J.J. Bouma, M.Jeucken, L. Klinkers). Greenleaf Publishing: Sheffield, United Kingdom. pp. 246-267;
- BCP (2005). Relatório Sustentabilidade. Acessível em: www.milleniumbcp.pt;
- BCP (2006). Relatório Sustentabilidade. Acessível em: www.milleniumbcp.pt;
- BCP (2007). Relatório Sustentabilidade. Acessível em: www.milleniumbcp.pt;
- BCP (2008). Relatório Sustentabilidade. Acessível em: www.milleniumbcp.pt;
- BCP (2009). Relatório Sustentabilidade. Acessível em: www.milleniumbcp.pt;
- Bryson, J. M. (2004). What To Do When Stakeholders Matter. *Public Management Review*, 6(1), 21-53;
- Brundtlan.(1987).“Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento: *Our common Future*.” Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/12906958/Relatorio-Brundtland-Nosso-Futuro-Comum-Em-Portugues#scribd> [Acesso em 15/06/2015];

Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo (2007), *Manual de Risco de Crédito da Caixa Central*, Lisboa: Portugal;

Carter, C. R. & Rogers, D. S. (2008). A framework of sustainable supply chain management: moving toward new theory. *International Journal of Physical Distribution & Logistics Management* 38(5), 360-387;

Crowe, S., Cresswell, K., Robertson, A., Huby, G., Avery, A. & Sheikh, A. (2011). *The case study approach*. Crowe et al. BMC Medical Research Methodology, 11:100;

Freeman, R. E. (1984). *Strategic Management: A Stakeholders Approach*. Boston: Pitman;

Eklund, T.; Larsen, K. e Berhardsen, E. (2001), Model for analyzing credit risk in the enterprise sector, *Norges Bank. Economic Bulletin*, Vol. 72, 3, pp. 99-106;

IFC (2007). *Banking on Sustainability – Financing Environmental and Social Opportunities on Emerging Markets*. Washington D.C., USA. Disponível em: http://www.ifc.org/wps/wcm/connect/9486d980488658f8b7b2f76a6515bb18/Banking_on_Sustainability_Launch.pdf?MOD=AJPERES&CACHEID=9486d980488658f8b7b2f76a6515bb18 [Acesso em 29/05/2015];

Johnson, G., Scholes, K. & Whittington, R. (2008). *Exploring Corporate Strategy*. New Jersey: Prentice Hall;

Louche, C. (2001) – The corporate environmental performance-financial performance link: implications for ethical investments In: *Sustainable Banking – The Greening of Finance* (ed J.J. Bouma, M. Jeucken, L. Klinkers). Greenleaf Publishing: Sheffield, United Kingdom. pp. 187-200;

Maeve, R. & Chen, X. (2010). The “Equator Principles”: A Success for Voluntary Codes?, *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 23 (7), pp. 890-919;

MIT & BCG (2012). Sustainability Nears a Tipping Point, MIT Sloan Management Review & The Boston Consulting Group, *Research Report*, 53 (2), pp. 69-74;

Reis, A. (2013). *Práticas de Sustentabilidade: Leituras Críticas - Dissertação e Projecto para a obtenção do grau de mestre em arquitectura*. Faculdade de Arquitectura - Universidade de Lisboa;

Strandberg, C. (2005). *The Future of Sustainability Finance – Thought Leaders Study*. Burnaby BC, USA. Acessível em: www.corostrandberg.com;

Sustentare (2007). *Guia para Inclusão dos Riscos Ambientais e Sociais na Concessão de Crédito pelos Bancos Portugueses*. Disponível em: <http://indeg.iscte.pt/skl/uploads/files/Guia%20para%20a%20inclus%C3%A3o%20dos%20riscos%20ambientais%20e%20sociais%20na%20concess%C3%A3o%20de%20cr%C3%A9dito%20dos%20Bancos%20Portuguese.pdf> [Acesso em 15/05/2015];

Sustentare (2007b). *A Sustentabilidade nos Bancos, Banca e Seguros, Ambiente e Sociedade: Desafiar Mentalidades, Definir Novas Oportunidades de Negócio*. Lisboa: Sustentare, pp. 46-89;

Szekely, F. & Knirsch, M. (2005). Responsible leadership and corporate social responsibility: metrics for sustainable performance. *European Management Journal* 23 (6), 628-647.

The Equator Principles (2013). *The Equator Principles: A financial industry benchmark for determining, assessing and managing environmental and social risk in projects*. Disponível em: http://www.equator-principles.com/resources/equator_principles_III.pdf [Acesso em 19/03/2015];

The Equator Principles (2014). *The Equator Principles Frequently Asked Questions*. Disponível em: <http://equator-principles.com/resources/Frequently%20Asked%20Questions.pdf> [Acesso:05/05/2015];

Thompson, P. e Cowton, C. J. (2004). *Bringing the environment into bank lending: implications for environmental reporting*. *The British Accounting Review*, 36, pp.197-218;

Vieira, João (2015), "Construir hoje, pagar com as receitas amanhã". *Mercado*, 23 de Junho, pp 11.

Yescombe, (2002), "Public Private Partnerships: Principles of Policy and Finance", Elsevier pp. 113-125.

Yin, R. (2003). *Case Study Research: Design and Methods* (3rd ed.). California: SAGE Publications.

Anexo A – Entrevista

“Ex. Sr. Paulo Neves,

Sou Bernardo Miguel Matos Elias, aluno do mestrado de Ciências Empresariais, e estou a preparar o meu trabalho final de mestrado, sob orientação do Professor Doutor José Dias Lopes.

O trabalho centra-se na temática dos Princípios do Equador, mais propriamente na instituição bancária Millennium bcp. Para este propósito foi realizado um questionário, especificamente desenvolvido para analisar as razões que levaram à saída dos Princípios do Equador e qual é o balanço feito dessa passagem pelos Princípios. O mestrado está a ser realizado no Instituto Superior de Economia e Gestão (I.S.E.G) da Universidade de Lisboa.”

Entrevista realizada com o Dr. Paulo Neves, Diretor da Área de Sustentabilidade do Millennium bcp e com o Dr. Sérgio Santos, Diretor da Área de Project Finance do Millennium bcp.

Questionário

1- Qual é o balanço que o Millennium bcp faz dos 4 anos (2005-2009) em que pertenceu aos Princípios do Equador?

“ Tenho de admitir que no nosso dia-a-dia teve pouco impacto. No nosso caso concreto deixámos de ser subscritores dos Princípios do Equador em 2009, mas nada mudou, uma vez que os países onde financiávamos projetos eram principalmente países da OCDE onde esses princípios já estavam inseridos no enquadramento local e na legislação existente. Na prática significava apenas que o consultor técnico teria de inserir um capítulo no relatório em relação a este assunto. Convém então desmistificar a questão dos Princípios do Equador, pois estes servem principalmente para os países em vias de desenvolvimento, uma vez que os países da OCDE já possuem na sua legislação estes princípios, que tem obrigatoriamente de ser cumpridos por todos quer sejam aderentes ou

não dos princípios. Pessoalmente, considero os Princípios do Equador um instrumento de marketing e reputação.”

2- Os Princípios do Equador reduzem efetivamente os riscos do banco associados à concessão de crédito?

“Não porque tudo isto já está incorporado na legislação, sendo igual para todos, aderentes ou não dos princípios.”

2.1- O risco reputacional foi também reduzido?

“ Risco reputacional sim, acaba por ser reduzido, por uma questão de imagem que passa para o mercado, bem como nas divulgações feitas em reports de sustentabilidade que são valorizadas pelos analistas especializados da área. “

3- Os mecanismos mais sofisticados que foram delineados em 2006 para o ano seguinte na área de *Project Finance* foram aplicados?

3.1 - Quais?

3.2 – Foi difícil a sua aplicação?

“Sinceramente não tenho conhecimento de quais seriam esses mecanismos.”

4- Abandonaram os Princípios do Equador em 2009?

4.1- Quais as razões?

4.2 - Que aspetos tiveram em conta?

“Estamos a falar de financiamentos de muito longo prazo e quando a crise começa a surgir em 2007/2008 esta área de negócio foi muito afetada, e os mercados de funding secaram completamente. No Millennium bcp por exemplo, entre 2005 e 2009 financiamos 41 projetos, e entre 2010 e 2013 financiámos apenas 3 projetos, o que mostra o decréscimo existente nesta área. Portanto, deixou de haver concessão de crédito, porque também deixaram de haver projetos para financiar.”

- 5- Mesmo não estando a financiar projetos, sendo os Princípios do Equador um importante instrumento reputacional e de marketing, como referiu, não faria sentido continuar ligados aos princípios? Essa adesão tinha custos?**

“Sim envolvia custos, e por isso mesmo a juntar à questão da conjuntura atual e dos mercados onde atuamos já possuem legislação que engloba estes princípios, decidimos não continuar como instituição aderente. Caso, não envolve custos, sendo um instrumento valorizado ao nível reputacional e de marketing teríamos continuado certamente.”

- 6- Apesar da saída do banco dos Princípios do Equador, continuam a valorizar as práticas sustentáveis no seu dia-a-dia e continuam a dar importância a alguns princípios na concessão de crédito a clientes?**

“Claro que sim, até porque acabam por ser uma obrigação pois fazem parte da legislação dos países.”

- 7- Continuam a acompanhar os desenvolvimentos na área? Se sim, de que modo?**

“Admito que não, em termos de Project Finance e de como tem evoluído os Princípios do Equador não.”

- 8- A partir de 2010 começaram a classificar os *Project Finance* tendo por base os critérios da International Finance Corporation?**

“Sim, deixámos de classificar como A, B ou C, mas como é óbvio para cada um dos países com que trabalhamos em termos ambientais e legais estão definidos quais as medidas a tomar consoante o nível de risco que o projeto apresente.”

- 9- Basicamente, acaba por estar tudo igual, apenas não estão associados ao nome Princípios do Equador?**

“Sim, uma vez que a legislação existente é suficiente para cumprir os Princípios do Equador. Deixou-se foi de fazer as classificações de projetos e os reports obrigatórios para cada EPFI.”

10- Considera então os princípios do equador uma ferramenta importante?

“Sim, tudo isto não implica que os Princípios do Equador não sejam relevantes em países que não tenham uma legislação como a Europa tem. Se o bcp estivesse nesse tipo de mercados certamente que estaríamos ligados aos princípios independentemente dos custos. Para além da Europa outro mercado do banco é Moçambique, que também tem uma legislação ao nível da Europa graças ao envolvimento do Banco Mundial e do FMI no país. “

11- Desde 2009 que não são feitos relatórios da sustentabilidade, porquê razão?

“Nunca deixamos de emitir relatórios de sustentabilidade. Passou apenas a ter uma forma diferente, com a rubrica negócio responsável. O ano passado chegamos a conclusão que essa rubrica não era suficiente, e decidimos regressar ao relatório de sustentabilidade este ano, mais detalhado.”